Diário de bordo

ROBERTO RODRIGUES

Uma plataforma para a OMC



A Rodada Uruguai do Gatt de 1994, após sete anos de discussões, não chegou a resultados satisfatórios para países emergentes como o Brasil, em função dos parâmetros utilizados para estabelecer redução de subsídios. O forte e competente *lobby* dos europeus – com a ação paralela dos norte-americanos – garantiu o protecionismo desses governos a seus agricultores.

O Gatt porém estabeleceu uma plataforma inédita para o comércio mundial de produtos agrícolas e agroindustriais e seus alicerces em termos de futuro, abrindo espaço para novos temas (além de acesso a mercados, políticas internas, estímulos a exportações e do acordo sobre área sanitária e fitossanitária), como meio ambiente e comércio, concorrência e *dumping*, cláusulas sociais e outros.

A criação da OMC depois da Rodada Uruguai mostrou que a maioria dos países deseja manter um sistema de comércio internacional mais previsível e transparente – e no capítulo agrícola, avançar nas negociações, no âmbito da OMC, pela efetiva redução dos subsídios nos países ricos e melhor acesso a mercados para países em desenvolvimento.

As negociações começarão em dezembro de 1999 e segundo o *chairman* agrícola da OMC, embaixador colombiano Nestor Osório – negociador por seu país durante muito tempo nos acordos de café –, durarão cerca de três anos.

Durante a Rodada, as instituições brasileiras e as cadeias produtivas do setor privado se estranhavam. Talvez por isso o governo não nos desse ouvidos ou não acreditasse em nossos argumentos, negociando isoladamente.

Apesar disso, o embaixador Rubens Ricupero, que defendia o Brasil na Rodada, solicitava apoio e recursos ao setor privado e ao próprio governo no seu órgão especializado para segurar a barra da agricultura. Pouco conseguiu. Pouquíssimos – dois ou três – líderes brasileiros procuraram se colocar, e a voz técnica do Mauro Lopes ecoava na solidão. O Brasil acabou embarcando no grupo de Cairns – felizmente, porque sozinho não iria a lugar algum.

Essa desorganização foi também responsável por nossa inferioridade no Mercosul, na fixação dos Tecs e na definição das listas de exceção.

Nossos fracassos passados pressionam a agricultura e a agroindústria a um melhor entendimento e é bem possível que venham a atuar melhor na OMC, como já demonstra a articulação para as primeiras discussões sobre a Alca. Precisamos de preparação técnica e profissional no setor privado para buscar entrosamento com o governo, sobretudo com o Itamarati, nessa dificílima empreitada. A atuação governamental do presidente da República em junho na OMC, em Genebra, e as diversas manifestações do chanceler Lampreia foram animadoras.

Peter Timer, professor de Harvard especializado em agricultura, defende a tese de que, para participar da economia mundial sem ser uma vítima dela, é preciso considerar três forças:

- forças históricas: criam instituições e estruturas econômicas que limitam as opções de atuação negocial de curto prazo (é o caso da industrialização, perda do poder da agricultura, urbanização, crescimento dos agronegócios);
- forças de mercado: a guerra mundial por mercados tem um senhor absoluto – o consumidor; a produção deve ser orientada pela demanda, e aqui há aspectos como a diferença de renda entre camadas sociais, o crescimento não-eqüitativo das populações, os hábitos alimentares, as mudanças nos processos de distribuição, as questões ambientais e sanitárias, as novas tecnologias etc.;
- forças políticas, aí consideradas questões tão díspares como os problemas surgidos da desigualdade social no campo (caso dos excluídos no Brasil), segurança alimentar, competitividade global e garantia da qualidade dos alimentos.

O embaixador Nestor Osório integra a Aliança Cooperativa Internacional como observador nas discussões que se iniciam. Na reunião de OMC e Unctad, em 29 e 30 de junho, começamos a marcar posição; a ACI foi representada pelo Brasil, através da atuação de Gilman Viana Rodrigues (Faemg), Américo Utumi (ACI-OCB) e A. Donizeti Beraldo (CNA). José Luís Cordeiro, da FAO, enfatizou a manutenção das condições injustas do comércio internacional agrícola na Rodada e mostrou-se preocupado sobre se a América Latina será capaz de se articular para enfrentar na OMC o *lobby* de europeus, japoneses e norte-americanos, até pelos efeitos do Gatt sobre as economias rurais dos países latino-americanos. Cada país deve estabelecer as políticas e condições de acesso a mercados e subsídios a exportações que afetam legitimamente os interesses de seus produtores rurais e os seus próprios.

Para chegar a tais definições, precisamos organizar nosso time. Estou propondo a criação de um grupo negociador para a OMC, composto de:

- líderes habilitados das entidades de classe (sociedades civis, sistema cooperativo e sistema sindical), sob o conceito de cadeias produtivas;
- técnicos capacitados de instituições públicas e/ou privadas: universidades, Ministério de Agricultura, Secretarias Estaduais de Agricultura, FGV e outras instituições.

A equipe precisaria de estreita articulação com o Itamarati, organismo negociador oficial do Brasil, que indicaria um grupo executivo para a OMC, com três titulares e três suplentes. E teria a parceria da Camex, hoje comandada por José Roberto Mendonça de Barros.

Assim podemos preparar uma plataforma para a OMC capaz de alavancar nosso êxito na Alca.